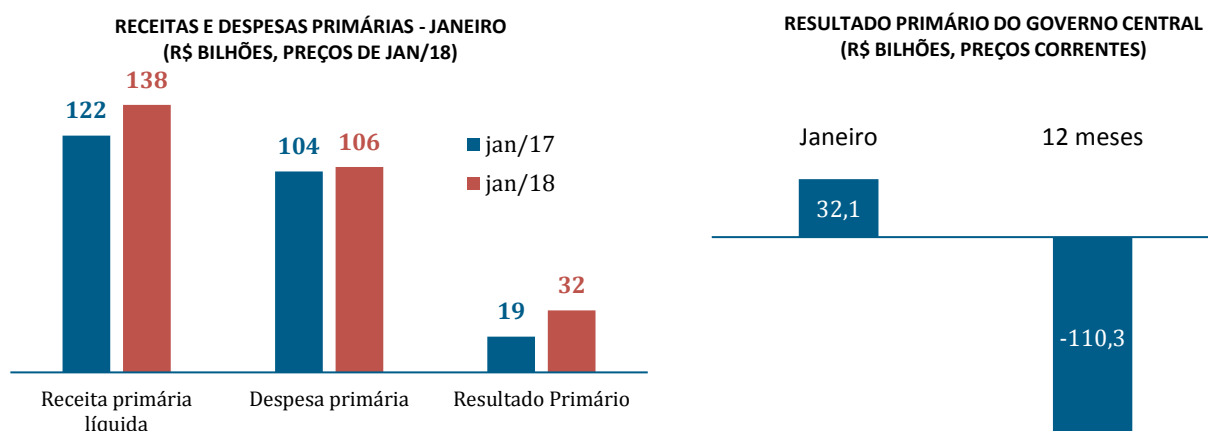


Prévia do resultado primário do governo central de janeiro de 2018

Daniel Veloso Couri¹ e Gabriel Leal de Barros²

O governo central em janeiro deverá registrar superávit primário em torno de R\$ 32 bilhões, bem acima do superávit observado em janeiro 2017, R\$ 18,5 bilhões (a preços de jan/18). O resultado foi influenciado pelo expressivo crescimento da receita (+11,7%), com destaque para as administradas pela RFB (+9,6%). A despesa, por sua vez, deve apresentar crescimento real de 2,3%, apesar de relevante retração nas despesas com subsídios e subvenções (-34,6%).

O governo central deverá registrar superávit primário em janeiro em torno de R\$ 32 bilhões. Se confirmado, o resultado será quase R\$ 14 bilhões acima do verificado em janeiro de 2017 (R\$ 18,5 bilhões), já considera a inflação no período. Em doze meses, o déficit ficaria próximo a R\$ 110 bilhões, dentro da meta para o exercício (déficit de R\$ 159 bilhões).



Fonte: Tesouro Nacional e Siga Brasil. Elaboração: IFI.

Os dados preliminares foram extraídos do sistema Siga Brasil³, do Senado Federal, a partir de filtros construídos pela IFI. Por serem de elaboração própria, os critérios podem divergir dos adotados pelo Poder Executivo. Os filtros da IFI para cada um dos itens que compõem o Resultado do Tesouro Nacional estão em anexo ao final da nota. Este trabalho, realizado mensalmente desde junho de 2017⁴, tem o objetivo de contribuir com a transparência e o acompanhamento tempestivo dos dados fiscais da União.

A elevação do superávit, na comparação com janeiro de 2017, é explicada principalmente pelo crescimento na arrecadação. No caso das receitas administradas pela RFB, o aumento foi da ordem de 9,6%, influenciado pela arrecadação com PIS/Cofins (+20,6%) e imposto de renda (+4,2%). No último caso, em particular, o avanço se deve ao recolhimento com pessoas jurídicas (+6,2%) e à parcela retida na fonte (+6,2%). Embora represente parcela menor da arrecadação, o IPI também deve mostrar bom desempenho, com crescimento de 37% em relação a janeiro de 2017. O desempenho desses tributos, mais sensíveis à atividade econômica, endossam a percepção de melhora já verificado desde o segundo semestre de 2017.

Vale lembrar que, no caso de PIS e Cofins, o resultado ainda se beneficia da elevação de alíquotas incidentes sobre a venda de álcool promovida em julho (Decreto 9.112/2017). Para o imposto de renda e a CSLL, o desempenho no mês pode ter sido influenciado pela possibilidade de antecipar o pagamento trimestral para o mês de janeiro.

¹ Analista da IFI.

² Diretor-adjunto da IFI.

³ Os dados fiscais primários foram extraídos, majoritariamente, do Siga Brasil, cuja fonte primária é o Siafi. O critério para se aferir a despesa paga, nesse caso, é o do "valor pago", distinto do utilizado pela STN no Resultado do Tesouro Nacional ("pagamento efetivo"). Isso ajuda a explicar eventuais discrepâncias entre os dados da IFI e os publicados pela STN ao final de cada mês.

⁴ As notas técnicas anteriores estão disponíveis em: < <https://www12.senado.leg.br/ifi/notas-tecnicas-ifi>>.

A arrecadação líquida para o RGPS, por sua vez, deve mostrar crescimento real de 12,9%, indicando recuperação no faturamento das empresas e na massa salarial. Importa observar que o crescimento, em termos reais, da massa salarial pode não apenas estar relacionado à reabilitação do mercado de trabalho, mas também ao efeito combinado da queda acentuada da inflação com a rigidez nominal dos salários.

Quanto às receitas não administradas pela RFB, espera-se crescimento real de 23,7%, muito impactado por recursos provenientes de compensação financeira pela exploração de recursos naturais, principalmente os derivados de participação especial em concessões na área de petróleo, que passaram de R\$ 3,7 bilhões, em janeiro de 2017, para R\$ 5,6 bilhões, em janeiro de 2018 (aumento de 53%). No mês, houve ainda o recolhimento atípico de recursos das restituições ao Tesouro de precatórios não sacados (R\$ 0,6 bilhão). A medida, adotada em julho de 2017 (Lei nº 13.463/2017), foi responsável pela arrecadação de R\$ 11 bilhões no ano passado.

Pelo lado da despesa, permanece a tendência de crescimento dos últimos anos, puxada principalmente pelos gastos obrigatórios, em especial benefícios previdenciários e pessoal, ambos com aumento real próximo a 6% em janeiro frente ao mesmo mês de 2017. Embora, em termos globais, a despesa obrigatória continue crescendo, é relevante observar a retração nos subsídios e subvenções. Em janeiro, a queda deve ser superior a 30%, envolvendo, entre outros, os gastos do programa de sustentação do investimento (PSI) e os relacionados ao setor agrícola. Em 2017, subsídios e subvenções já haviam caído 23%, em relação ao ano de 2016. Resta saber se a queda está relacionada ao volume de operações, propriamente dito, ou a eventuais mudanças no critério de apuração dos subsídios, tendo em vista a substituição recente da TJLP pela TLP.

Por fim, merece destaque a execução de despesas discricionárias, que inicia o ano com crescimento em relação a janeiro de 2017 (+15,6%), após ter caído 14% no ano passado. O nível de execução das discricionárias, no entanto, ainda se encontra muito abaixo dos patamares observados entre 2010 e 2016, período de forte expansão desse grupo de despesas.

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL - JANEIRO (R\$ BILHÕES, PREÇOS DE JAN/18)*

Discriminação	2017	2018 (Siga Brasil)	Var.	Var. %
RECEITA TOTAL (I)	141,3	157,8	16,5	11,7
Receita Administrada pela RFB	99,5	109,1	9,6	9,6
Imposto de Importação	2,7	3,2	0,6	21,5
IPI	3,8	5,3	1,4	37,0
Imposto de Renda	48,1	50,1	2,0	4,2
IOF	3,0	3,0	0,0	0,2
PIS/COFINS	24,8	29,9	5,1	20,6
CSLL	14,9	15,2	0,3	1,9
CIDE - Combustíveis	0,5	0,5	-	0,1
Outras	1,8	2,0	0,2	12,7
Arrecadação Líquida para o RGPS	27,7	31,2	3,6	12,9
Receitas Não Administradas pela RFB	14,1	17,5	3,4	23,7
Concessões e Permissões	0,4	0,4	0,0	0,9
Dividendos e Participações	0,1	0,0	-	0,1
Contribuição Plano de Seguridade Social do Servidor	1,1	1,0	-	0,0
Cota-Parte de Compensações Financeiras	5,6	7,7	2,0	35,5
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1,0	1,4	0,4	44,2
Contribuição do Salário Educação	2,8	2,8	0,0	0,9
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	0,5	0,5	-
Operações com Ativos	0,1	0,0	-	0,1
Demais Receitas	3,1	3,7	0,6	19,4
TRANSFERÊNCIA POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (II)	19,1	19,7	0,6	3,0
FPM / FPE / IPI-EE	15,7	16,3	0,6	3,8
Fundos Constitucionais	0,7	0,6	-	0,1
Repasse Total	1,0	1,1	0,0	4,5
Superávit dos Fundos	-	0,4	-	0,1
Contribuição do Salário Educação	1,0	1,0	0,0	2,2
Compensações Financeiras	1,2	1,3	0,1	12,1
CIDE - Combustíveis	0,4	0,4	-	0,0
Demais	0,2	0,1	-	0,1
RECEITA LÍQUIDA (III=I-II)	122,2	138,1	15,9	13,0
DESPESA TOTAL (IV)	103,7	106,0	2,4	2,3
Benefícios Previdenciários	41,4	44,0	2,5	6,1
d/q Sentenças judiciais e precatórios	0,4	0,3	-	0,1
Pessoal e Encargos Sociais	24,9	26,4	1,5	6,0
d/q Sentenças judiciais e precatórios	0,1	0,1	-	0,1
Outras Despesas Obrigatórias	24,9	21,3	-	3,6
Abono e Seguro Desemprego	5,9	5,7	-	0,2
Anistiados	0,0	0,0	0,0	61,7
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	0,0	0,0	-	0,0
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4,4	4,5	0,1	3,0
d/q Sentenças judiciais e precatórios	0,0	0,0	-	0,0
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	-	0,5	0,5	-
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,1	0,0	-	0,1
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1,1	0,9	-	0,2
Convênios	0,0	0,0	-	0,0
Doações	0,0	0,0	0,0	122,4
FUNDEB (Complem. União)	2,7	2,9	0,2	8,4
Fundo Constitucional DF	0,1	0,1	0,0	9,6
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	0,2	0,2	-	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	0,1	0,1	-	0,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	9,2	6,0	-	3,2
Transferências ANA	0,0	0,0	0,0	52,1
Transferências Multas ANEEL	0,0	-	-	0,0
FIES	1,0	0,3	-	0,7
Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	12,5	14,4	1,9	15,6
Discricionárias Executivo	11,9	13,7	1,8	15,3
PAC	0,8	0,7	-	0,1
d/q MCMV	0,1	0,1	-	0,0
Demais	11,1	13,1	2,0	17,7
LEJU/MPU	0,5	0,7	0,1	20,7
PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III-IV)	18,5	32,1	13,6	73,2

Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI. * Dados preliminares não oficiais.

ANEXO – FILTROS ORÇAMENTÁRIOS¹

Discriminação	Filtro ²
RECEITA TOTAL	
I.1 - Receita Administrada pela RFB	
I.1.1 Imposto de Importação	Naturezas de receita 111101XX
I.1.2 IPI	Naturezas de receita 111401XX + 711401XX
I.1.2.1 IPI - Fumo	Naturezas de receita 1114011X + 7114011X
I.1.2.2 IPI - Bebidas	Naturezas de receita 1114012X + 7114012X
I.1.2.3 IPI - Automóveis	Naturezas de receita 1114013X + 7114013X
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	Naturezas de receita 1114014X + 7114014X
I.1.2.5 IPI - Outros	Naturezas de receita 1114015X + 7114015X
I.1.3 Imposto de Renda	Naturezas de receita 1113XXXX e 7113XXXX
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	Naturezas de receita 111301XX e 711301XX
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	Naturezas de receita 111302XX e 711302XX
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	Naturezas de receita 111303XX e 711303XX
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	Naturezas de receita 1113031X e 7113031X
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	Naturezas de receita 1113032X e 7113032X
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	Naturezas de receita 1113033X e 7113033X
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	Naturezas de receita 1113034X e 7113034X
I.1.4 IOF	Naturezas de receita 1115XXXX
I.1.5 COFINS	Naturezas de receita 121001XX
I.1.6 PIS/PASEP	Naturezas de receita 121009XX e 721009XX
I.1.7 CSLL	Naturezas de receita 121002XX
I.1.8 CPMF	<i>Não instituída</i>
I.1.9 CIDE Combustíveis	Naturezas de receita 122008XX
I.1.10 Outras	NI ³
I.2 - Incentivos Fiscais	ND ³
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	Fonte de recursos 54 + Natureza 79900211
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	
I.4.1 Concessões e Permissões	Naturezas de receita 133/134XXXX & detalhamentos relacionados a outorga, concessão, permissão ou delegação
I.4.2 Dividendos e Participações	Fonte de recursos 97
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	Fonte de recursos 56, exceto UO 73901
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	Naturezas de receita 134XXXX & detalhamentos relacionados a royalties, participação e compensação financeira
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	Fontes de recursos 50 e 81
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	Fonte de recursos 13
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	Ação 0643 (despesa)
I.4.8 Operações com Ativos	Naturezas de receita 222XXXXX
I.4.9 Demais Receitas	NI ³
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	Ações 0044, 0045, 0046 + ação 0C33 & fonte 101
II.2 Fundos Constitucionais	
II.2.1 Repasse Total	Ações 0029, 0030, 0031, 0534
II.2.2 Superávit dos Fundos	ND ³
II.3 Contribuição do Salário Educação	Ação 0369
II.4 Compensações Financeiras	Ações 0A53, 0223, 0546 e 0547
II.5 CIDE - Combustíveis	Ação 0999
II.6 Demais	Ações 00H6, 0169, 0C03 e 006M + ação 0C33 & fonte 02
IV. DESPESA TOTAL	
IV.1 Benefícios Previdenciários	Unidades orçamentárias (UO) 33904, 40904, 55902
d/q Sentenças judiciais e precatórios	Programa 0901 & UOs 33904, 40904, 55902
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	Grupo de natureza da despesa (GND) 1, exceto ações 00G5, 09HB e 00H7 (financeiras)
d/q Sentenças judiciais e precatórios	Programa 0901 & GND 1
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	
Abono Salarial	Ação 0581
Seguro Desemprego	Ação 00H4
d/q Seguro Defeso	Ação 00H4 & subelemento de despesa 33901003
IV.3.2 Anistiados	Ações 0C01 e 0739 & GND 3
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	<i>Não foi criada em 2017</i>
IV.3.4 Auxílio CDE	<i>Execução encerrada em 2016</i>
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	Ação 0536 & GND 3
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	Ações 00H5 e 00IN + Programa 0901 & UO 55901
d/q Sentenças judiciais e precatórios	Programa 0901 & GNDs 3, 4, 5 & UO 55901
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	Ação 0643
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	Tipo de crédito G
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	Ação 00LI
IV.3.10 Convênios	Fonte de recursos 81, exceto órgãos 01-19, 29, 34 e 59
IV.3.11 Doações	Fontes de recursos 94, 95 e 96, exceto órgãos 01-19, 29, 34 e 59

IV.3.12	Fabricação de Cédulas e Moedas	ND ³ (extraorçamentária)
IV.3.13	FUNDEB (Complem. União)	Ação 0E36
IV.3.14	Fundo Constitucional DF	UO 73901 & GNDs 3, 4 e 5
IV.3.15	FDA/FDNE	ND ³ (extraorçamentária)
IV.3.16	Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	Ações 0E25 e 099B + ação 0C33 & fonte de recursos 00
IV.3.17	Reserva de Contingência	<i>Não passível de execução</i>
IV.3.18	Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	<i>Execução encerrada em 2012</i>
IV.3.19	Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	Programa 0901 & GNDs 3, 4 e 5, exceto UOs 33904, 40904, 55901 e 55902
IV.3.20	Subsídios, Subvenções e Proagro	
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos		
	Equalização de custeio agropecuário	Ação 0294
	Equalização de invest. rural e agroindustrial	Ação 0301
	Política de preços agrícolas	
	Equalização Empréstimo do Governo Federal	Ação 0298
	Equalização Aquisições do Governo Federal	Ação 00GZ
	Garantia à Sustentação de Preços	Ação 0300
	Pronaf	
	Equalização Empréstimo do Governo Federal	Ações 0281 e 00GW
	Concessão de Financiamento	ND ³
	Aquisição	ND ³
	Proex	
	Equalização Empréstimo do Governo Federal	Ação 0267
	Concessão de Financiamento	ND ³
	Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	Ação 0611
	Álcool	Ação 00EI
	Cacau	Ação 0297
	Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	<i>Execução encerrada em 2009</i>
	Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	NI ³
	Fundo da terra/ INCRA	ND ³
	Funcafé	Ação 0A27
	Revitaliza	Ação 009J
	Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	Ação 000K
	Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	<i>Execução encerrada em 2015</i>
	Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	Ação 0E85
	Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	<i>Execução encerrada em 2012 (FND foi extinto em 2011)</i>
	Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	Ação 006A (financeira)
	Capitalização à Emgea	NI ³
	Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Elétrica de Itaipu	NI ³
	Subvenções Econômicas	NI ³
	Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	Ação 00M3
	Sudene	Ação 00P4
	Receitas de Recuperação de Subvenções	NI ³
	Proagro	Ação 0265
	PNAFE	ND ³
	PRODECER	ND ³
IV.3.21	Transferências ANA	Fontes de recursos 16 e 83 + fonte 34 & UO 44205
IV.3.22	Transferências Multas ANEEL	Ação 00NY
IV.3.23	FIES	ND ³
IV.4	Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	
IV.4.1	Discricionárias Executivo	
IV.4.1.1	PAC	Identificador de Resultado Primário (RP) 3
	d/q MCMV	Ações 00AF, 00CW, 00CX, 00CY e 0E64
IV.4.1.2	Demais	
IV.4.1.3	Emissões de TDA	ND ³
IV.4.2	LEJU/MPU	Órgãos 01 a 17, 29, 34 e 58 & GNDs 3, 4 e 5, exceto tipo de crédito G, programa 0901 e Ação 0536.

Notas:

¹Os filtros da IFI são construídos por meio de pesquisa própria e não representam necessariamente os critérios adotados pelo Poder Executivo. Para a receita, a métrica utilizada é "receita arrecadada líquida"; para a despesa, é a soma de "valores pagos - pago" e "restos a pagar - RP pago".

²Para entender os classificadores orçamentários utilizados no filtro, consultar o Manual Técnico de Orçamento (MTO) e o Ementário de Classificação das Receitas Orçamentárias da União, ambos disponíveis no site do Ministério do Planejamento.

³Nos casos em que a informação não está disponível no Siga Brasil (ND) ou, ainda que esteja, não foi identificada (NI), a estimativa da IFI é construída com base na série histórica do item ou outras fontes de informação.